

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 23 - Junho de 2016



Presidente: Antonio Vianna

Definições na Caixa



AGECEF-BA marca presença em mais um Congresso dos Empregados da Caixa (Conecef), para levar demandas dos gestores e reforçar o apoio à campanha em defesa da Caixa | Página 3



Senado aprova Estatuto das Estatais.
Mas, o Comitê em Defesa das
Empresas Públicas vai ingressar com
ação no Supremo Tribunal Federal

Página 2

AGECEF-BA convoca gestores
para participarem da Conferência
Interestadual da Bahia e Sergipe,
dias 9 e 10 de julho, em Salvador

Página 4

Senado aprova a lei das estatais

Os empregados da Caixa tiveram uma conquista importante neste mês. O Senado aprovou no último dia 21, o texto do PLS 555 – conhecido como Estatuto das Estatais ou Lei de Responsabilidade das Estatais. Os senadores mantiveram de fora da matéria o trecho que obrigava as empresas públicas a se tornarem sociedade anônima.

A forma original do projeto previa a privatização de importantes estatais do Brasil, a exemplo da Caixa e da Pe-

trobras. Mas, os trabalhadores logo reagiram e criaram o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. Por alguns meses, o grupo percorreu gabinetes de parlamentares, com o objetivo de mudar a proposta.

No fim, conseguiram avanços importantes, apesar de o Senado manter apenas parte das emendas feitas pela Câmara Federal. Por conta das mudanças, o Comitê vai ingressar com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), no STF.

AGECEF-BA defende gestão paritária em fundo de pensão

A AGECEF-BA mantém vigilância em relação ao PLP 268/2016, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que pretende reduzir o número de trabalhadores na gestão dos fundos de pensão.

A proposta acaba com a eleição de diretor-executivo e reduz de 50% para um terço as vagas de conselheiros eleitos para os conselhos Deliberativo e Fiscal de instituições como a FUNCEF, que gerencia a Previdência Complementar dos empregados da Caixa.

A matéria representa ameaça, já que abre portas para especialistas do mercado sem identificação com as estatais. Pior. Ainda há o risco de que os recursos dos fundos de pensão, aproximadamente R\$ 700 bilhões, sejam utilizados para financiar privatizações.

A proposta modifica a composição dos conselhos. Seriam dois indicados, dois eleitos e a inclusão de dois conselheiros independentes, contratados no mercado.

O entendimento da AGECEF-BA é de que os fundos de pensão foram pensados para garantir uma aposentadoria digna para os trabalhadores. A proposição retiraria, portanto, o direito dos 3,5 milhões de participantes dos fundos de participar da gestão.



Mudança na gestão dos fundos de pensão prejudica trabalhadores



Numa votação surpresa, senadores aprovam PLS das estatais

PLS 555 – como ficou

Foram mantidos os seguintes avanços obtidos no Senado:

- 1) retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas
- 2) fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais
- 3) o Estatuto das Estatais só será obrigatório para empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta (o que deixa de fora a maioria das estatais, com menor porte)
- 4) suprimida a obrigatoriedade de ressarcimento, por parte do governo, de custos com políticas públicas (ações da empresa fora da sua atividade econômica)
- 5) exigência de que as empresas comercializem no mercado 25% de suas ações passou a ser válida somente para as listadas na Bolsa de Valores.

Decisões do Senado em relação à votação na Câmara
Avanços rejeitados:

- 1) aumento de 10 para 20 anos a exigência de as empresas listadas na Bolsa de Valores comercializarem 25% de suas ações e restringiu essa operação somente para empresas do âmbito federal excluindo empresas estaduais e municipais: o Senado manteve o texto que prevê 10 anos.
- 2) excluída a quarentena de 3 anos para que dirigentes partidários e sindicais possam assumir cargos de gestão nas estatais. Agora, bastará que ele se licencie do posto partidário ou sindical para que assuma imediatamente o novo cargo na empresa pública: o Senado manteve a quarentena para o dirigente político e o afastamento do dirigente sindical do cargo na organização
- 3) reduziu a obrigatoriedade, de 25% para 20%, dos membros dos conselhos de administração independentes. Neste grupo, ficam incluídos os representantes dos acionistas minoritários e representantes dos empregados. Mantido o texto do Senado que prevê 25%.

Banco extingue funções

O que era apenas ameaça, tornou-se real. A Caixa havia feito anúncio, em reunião com a representação dos trabalhadores, no início de junho, de que a função de caixa seria extinta de forma gradativa.

A instituição financeira não tem feito reposição após a saída dos bancários que exerciam a tarefa, o que agrava ainda mais a sobrecarga nas agências. A função seria ocupada por funcionários que receberiam por minuto trabalhado no caixa. Não é só isso. Há ainda o risco de o tesoureiro ser utilizado para esse tipo de atendimento.



Caixa extingue funções e não contrata

Além de reduzir a mão de obra, o banco tem ameaçado fechar unidades, reduzir cargos comissionados e extinguir postos de trabalho. Vale lembrar que a empresa congelou as contratações e já informou que não tem previsão de retomá-las.

Enquanto gera déficit de funcionária, a Caixa mantém e até amplia as metas. Cobra a gerência por resultados cada vez mais difíceis de serem alcançados, dada a realidade nos locais de trabalho.



Além dos empregados, clientes sofrem com a política dura da direção Caixa

Empregados da Caixa definem prioridades

Depois de quatro dias de intensos debates, o 32º Congresso dos Empregados da Caixa (CONECEF) aprovou a pauta de reivindicações específicas que será defendida durante a campanha salarial 2016 e as negociações permanentes com a direção do banco.

Eixos importantes foram apontados: manutenção da Caixa 100% pública, contratações, condições de trabalho, manutenção dos direitos trabalhistas, Saúde Caixa, isonomia (ATS e licença prêmio) e o fim da discriminação do REG/Replan não saldado.

Os debates vão muito além. A precariedade das condições de trabalho em face à forte carência de pessoal, agências sem infraestrutura, mudanças recorrentes nas metas estão entre os fatores críticos apon-

tados pelos delegados presentes, entre eles, os diretores da AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa), Antônio Mesias e Paulo do Amor Divino.

A pauta específica, aprovada no dia 19 de junho, tem ainda um avanço muito importante. A inclusão do item que visa recuperar as perdas salariais do governo de Fernando Henrique Cardoso. Abaixo outros pontos. Confira e fique por dentro:

- Combate à terceirização
- Mais segurança nas agências
- Investimento nas estruturas das unidades
- Contratação
- Sipon (Ponto Eletrônico)
- Manutenção do papel social da Caixa
- Jornada de Trabalho



Economista Márcio Pochmann, durante o Seminário dos Bancos Públicos, neste mês

Seminário em defesa dos bancos públicos

A difícil conjuntura política e econômica do país certamente terá influência nas negociações da campanha salarial. Por isso, dentro da programação do CONECEF, aconteceu, de forma inédita, o Seminário Nacional em Defesa dos Bancos Públicos.

As discussões ocorreram junto com trabalhadores de outras instituições financeiras. Nomes de peso chamaram atenção para as ameaças de desmonte das empresas públicas, a exemplo dos economistas Fernando Nogueira e Márcio Pochmann e do cientista político Emir Sader.

Professor da Unicamp, Fernando Nogueira, fez questão de falar sobre as consequências de uma possível privatização das estatais. Ele ressaltou que mesmo que a decisão do presidente interino Michel Temer seja a de vender o patrimônio público, a questão não resolveria o problema econômico. "O risco é os bancos públicos morrerem de inanição e pela inação de um governo contra a nação", finaliza.

Conferência da Bahia e Sergipe, 9 e 10 de julho

As definições para a campanha salarial 2016 chegam a um momento importante. Depois de definida a pauta de reivindicações específicas, é hora de os empregados da Caixa se prepararem para debates mais amplos, que envolvem toda a categoria. As discussões começam com a Conferência Interestadual da Bahia e Sergipe.

O evento, aberto a todos os bancários, acontece nos dias 9 e 10 de julho, no Othon Palace Hotel, em Ondina, Salvador. É fundamental que os gestores da Caixa participem. Somente debatendo sobre as de-

mandas, o segmento vai garantir avanços.

A AGECEF-BA incentiva a presença de todos. Quanto maior o número de gestores, melhor serão as discussões. Todos têm direito a voz e voto. Basta se credenciar até 12h do dia 9 de julho.

Entre os assuntos destaques, segurança, emprego, remuneração, saúde e condições de trabalho. É durante o evento que são eleitos os delegados que participam da Conferência Nacional, no fim de julho, em São Paulo. Marque presença e enriqueça os debates para a campanha.



Bancários da Bahia e de Sergipe se preparam para mais uma Conferência Interestadual

Debates em nível nacional

A data base dos bancários é 1º de setembro. Mas, os debates da campanha salarial começam cedo. Tudo para construir um movimento coeso, inteligente e organizado.

A categoria se prepara para a Conferência Nacional dos Bancários, que acontece entre os dias 29 e 31 de julho, em São Paulo. É no evento que será definida a pauta de reivindicações, a ser entregue à Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) em agosto.

Na etapa nacional, os bancários da Bahia e Sergipe defendem a minuta, que

contém entre outros itens o índice de reajuste salarial, a ser aprovada na Conferência Interestadual.

Durante a Conferência Nacional, será apresentado o resultado da consulta feita aos bancários e a mídia da campanha. Este ano, a conjuntura política e econômica não é muito favorável. Os bancos devem utilizar a crise para endurecer as negociações. Certamente não vão querer ceder e os gestores são os mais pressionados. Por isso, a categoria deve permanecer atenta e mobilizada.

VOCÊ SABIA?

Brasileiro ou Brasileiro. O que você é?

Sem dúvida uma boa curiosidade que vai pegar muita gente de surpresa. Há um dado desconhecido da imensa maioria da população do país. Nós não somos brasileiros. Sim. É isso mesmo. Somos, na verdade, brasileiros. É muito fácil explicar.

Brasileiro é o nome de uma profissão. Assim como pedreiro, jornalista, ferreiro e padeiro. No Brasil Colônia, era designado aos portugueses que vinham para cá, passavam alguns meses para explorar e depois retornavam cheios de ouro, prata e pau-brasil. Tinham de tudo. Levavam o que podiam. Mas, não deixavam absolutamente nada.

Os brasileiros não viam o Brasil enquanto nação. Mas, sim, uma terra apenas para ser explorada. Portanto, caros, somos brasileiros, assim como os americanos, indianos e australianos.

Os próprios estrangeiros não nos veem como brasileiros. Já prestou atenção? Pois bem, observe. Em italiano se diz "brasiliiano". Em espanhol "Brasileño". Inglês "Brazilian". Alemão diz "Brasilianerin" e em francês "Brésilien". Brasileiro é, sim, sinônimo de cidadania. Não esqueça. Somos todos brasileiros.



No Brasil, somos todos brasileiros